



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 26 de março de 2012.

Prezados Senhores,

A RAI DROGASIL S.A. submete à apreciação de seus Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2012, às 15:00 horas as propostas descritas a seguir:

1. Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2011, foram publicados no dia 27/03/2012 no jornal "Valor Econômico" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo".

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários ("Instrução CVM 480"), constam do Anexo I ao presente.

2. A proposta de destinação do lucro líquido e demais lucros acumulados é:

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 68.696.121,99
Realização da Reserva de Reavaliação	R\$ 201.823,20
Dividendos Prescritos.....	<u>R\$ 69.943,44</u>
Valor total a ser destinado	R\$ 68.967.888,63
Destinações:	
Reserva Estatutária (54,8% do resultado líquido do exercício):	R\$ 37.667.888,63
Juros Sobre Capital Próprio (valor bruto):	R\$ 31.300.000,00

A proposta é que os Acionistas referendam a apropriação dos juros sobre capital próprio deliberada nas Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração de 22/12/2011, no valor de R\$14.750.000,00 (R\$0,044644749 por ação), de 21/06/2011, no valor de R\$8.400.000,00 (R\$0,044734750 por ação) e do dia 21/03/2011, no valor de R\$8.150.000,00 (R\$0,043403358 por ação), os quais serão imputados ao dividendo obrigatório e serão pagos aos acionistas sem acréscimo de correção monetária ou juros. As apropriações relativas ao primeiro semestre de 2011 foram pagas em 01/12/2011, e as do segundo semestre serão pagas em 31/05/2012.



Informamos ainda que a destinação ora proposta está perfeitamente refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração da Companhia, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

A proposta é que não seja realizada a distribuição de dividendos com base no exercício de 2011.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo II da presente Proposta.

3. Proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício 2012, no valor total de R\$20.460.000,00 (vinte milhões quatrocentos e sessenta mil reais).

Apresenta-se, a seguir, o valor da referida verba proposta:

Proposta de Remuneração para o Exercício de 2012 (R\$20.460 Milhões)

ADMINISTRADORES	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (Máximo)	Remuneração Baseado em Ações	TOTAL
Conselheiros	1.440	2.350	0	3.790
Diretoria	4.444	12.226	0	16.670
TOTAL	5.884	14.576	0	20.460

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constam do Anexo III ao presente.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

RAIA DROGASIL S/A
Eugênio de Zagottis
Diretor de Relações com Investidores



ANEXO I – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009

Valores expressos em milhares de reais

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em decorrência da evolução consistente nos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos e da confortável situação de liquidez atual, acreditamos que a empresa possui sólidas condições patrimoniais e financeiras necessárias à condução de nossa operação.

Em 2011, a companhia apresentou um EBITDA ajustado de R\$ 159.411, em comparação a R\$ 145.264 em 2010 e R\$ 119.746 em 2009. Nos últimos dois anos, apresentamos um crescimento anual médio do nosso resultado operacional (EBITDA) de 15,4%.

Adicionalmente, mantivemos uma situação de liquidez bastante estável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2011, nosso índice de liquidez corrente estava em 2,37, comparado a 2,32 no ano de 2010 e 1,88 em 2009.

Importante mencionar também que em linha com os períodos anteriores, em 31 de dezembro de 2011 o nosso caixa e equivalentes de caixa atingiu R\$ 144.863 (Dez/2010 - R\$ 180.846 e 2009 - R\$ 127.692), superando os financiamentos da companhia, no mesmo período, que totalizavam R\$ 87.677 (Dez/2010 - R\$ 48.592 e 2009 - R\$ 37.320).

Como consequência da melhoria de nossos resultados, o patrimônio líquido da companhia também vem apresentando uma evolução bastante consistente. Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido era de R\$ 2.201.174 (Dez/2010 - R\$ 598.617 e 2009 - R\$ 411.604) que mesmo excluindo o montante de R\$ 1.564.146 relativo à incorporação das ações da Raia S.A, apresentou uma evolução importante em relação aos anos anteriores.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Nos últimos anos a companhia vem se financiando predominantemente com recursos próprios. Nosso endividamento bruto, ao final de 2011 totalizava R\$ 87.677, composto principalmente por recursos de longo prazo captados junto ao BNDES, em comparação a um patrimônio líquido de R\$ 2.201.174 e um caixa total de R\$ 144.863.

i. hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate



Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Pela estrutura financeira já relatada, a diretoria entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos seus compromissos financeiros, bem como atender todas as necessidades de capital de giro e investimentos programados.

Em 31 de dezembro de 2011, o nosso passivo circulante era de R\$ 324.547 milhões (2010 – R\$ 287.654 milhões e 2009 – R\$ 291.996 milhões), valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$ 770.563 milhões (2010 – R\$ 666.448 milhões e 2009 – R\$ 550.086 milhões), incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$ 144.863 milhões (2010 – R\$ 180.846 milhões e 2009 – R\$ 127.692 milhões).

Importante ressaltar que o perfil de nossa dívida é bastante confortável. Ao final de 2011, nossa dívida de curto prazo era de R\$ 24.928 milhões (2010 – R\$ 20.355 milhões e 2009 – R\$ 17.077 milhões), enquanto 71,5% do nosso endividamento bruto, R\$ 62.749 milhões, estava com vencimento previsto para o longo prazo (2010 – R\$ 28.237 milhões e 2009 – R\$ 20.243 milhões). Finalmente, vale mencionar que a nossa dívida é composta principalmente de recursos do BNDES que normalmente pratica taxas de juros inferiores às médias praticadas pelo mercado.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES. As taxas de juros praticadas nas linhas de crédito estão especificadas na tabela abaixo:

Financiamento para aquisição de:	<u>Taxa média anual de juros de longo prazo</u>
BNDES – FINAME	
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 3,40% (+ 3,40% em 2010) a.a.
BNDES – FINEM	
Empreendimentos	TJLP + 2,27% (+ 2,36% em 2010) a.a.
Empreendimentos	IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% em 2010) a.a.
Empreendimentos	IPCA + 7,32% + 2,38% (+ 7,32% + 2,38% em 2010) a.a.
BNDES – Subcrédito	
Empreendimentos	TJLP + 3,59% a.a.
Empreendimentos	Selic + 2,45% a.a.
Máquinas e equipamentos	Pré fixado 6,63% a.a.
Máquinas e equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% a.a.
Capital de giro	Selic + 3,15% a.a.



e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos empréstimos e financiamentos incluem os instrumentos descritos na alínea (f) deste item 10.1. Não obstante a existência dos empréstimos e financiamentos descritos a seguir, acreditamos não possuir dependência de recursos advindos de terceiros para o desempenho de nossos negócios, tendo em vista nossa geração de caixa consistente e nossa solidez financeira.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia somente possui financiamentos com o BNDES, diretos e indiretos, que montavam R\$ 87.677 (Dez/2010 - R\$ 48.592 e 2009 - R\$ 37.320).

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES (R\$ 79.062) condicionados ao cumprimento de dois Covenants:

- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%.

- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

Em 31 de dezembro de 2011 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não sejam cumpridas, a Companhia dará ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento desse contrato.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

No ano de 2010 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para 3 anos (2010, 2011 e 2012) junto ao BNDES no valor de R\$ 185.000. Foi liberado em 2011 o valor de R\$ 41.672 correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2010 e o valor de R\$ 29.520 correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2011.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A seguir relatamos os principais fatores que afetaram de forma significativa as demonstrações financeiras:



Em decorrência da associação entre Drogasil e Droga Raia, ocorrida em novembro de 2011, as demonstrações refletem os resultados da Controladora. As informações abaixo relatadas foram reclassificadas e auditadas de forma a refletir a nova realidade da Companhia.

Comparação das Informações Financeiras da Controladora dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	2011			2010	
	Valor	AV	AH		AV
Receita líquida de vendas	2.318.773	100,0%	15,5%	2.007.828	100,0%
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	-73,4%	14,1%	(1.491.904)	-74,3%
Lucro bruto	617.118	26,6%	19,6%	515.924	25,7%
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	(383.250)	-16,5%	22,8%	(312.185)	-15,5%
Gerais e administrativas	(74.457)	-3,2%	27,3%	(58.475)	-2,9%
Depreciações e amortizações	(44.599)	-1,9%	42,5%	(31.292)	-1,6%
Outras despesas operacionais	(18.411)	-0,8%			
Resultado de equivalência patrimonial	(9.843)	-0,4%			
	(530.560)	-22,9%	32,0%	(401.952)	-20,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	86.558	3,7%	-24,1%	113.972	5,7%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18.584	0,8%	50,2%	12.372	0,6%
Despesas financeiras	(9.132)	-0,4%	65,6%	(5.515)	-0,3%
	9.452	0,4%	37,8%	6.857	0,3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.010	4,1%	-20,5%	120.829	6,0%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(27.094)	-1,2%	-9,6%	(29.981)	-1,5%
Diferido	(220)	0,0%	-88,0%	(1.833)	-0,1%
	(27.314)	-1,2%	-14,1%	(31.814)	-1,6%
Lucro líquido do exercício	68.696	3,0%	-22,8%	89.015	4,4%
Lucro por ação - básico	0,21599			0,49533	
Lucro por ação - diluído	0,21599			0,49318	



Comparação das Informações Financeiras da Controladora dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Demonstração do Resultado

(em milhares de reais)

	2010			2009	
	Valor	AV	AH		AV
Receita líquida de vendas	2.007.828	100,0%	16,5%	1.723.042	100,0%
Custo das mercadorias vendidas	(1.491.904)	-74,3%	14,8%	(1.299.681)	-75,4%
Lucro bruto	<u>515.924</u>	<u>25,7%</u>	<u>21,9%</u>	<u>423.361</u>	<u>24,6%</u>
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	(312.185)	-15,5%	26,2%	(247.284)	-14,4%
Gerais e administrativas	(58.475)	-2,9%	3,8%	(56.331)	-3,3%
Depreciações e amortizações	(31.292)	-1,6%	43,7%	(21.770)	-1,3%
	<u>(401.952)</u>	<u>-20,0%</u>	<u>23,5%</u>	<u>(325.385)</u>	<u>-18,9%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>113.972</u>	<u>5,7%</u>	<u>16,3%</u>	<u>97.976</u>	<u>5,7%</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	12.372	0,6%	2,2%	12.102	0,7%
Despesas financeiras	(5.515)	-0,3%	13,5%	(4.858)	-0,3%
	<u>6.857</u>	<u>0,3%</u>	<u>-5,3%</u>	<u>7.244</u>	<u>0,4%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>120.829</u>	<u>6,0%</u>	<u>14,8%</u>	<u>105.220</u>	<u>6,1%</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(29.981)	-1,5%	-3,5%	(31.077)	-1,8%
Diferido	(1.833)	-0,1%	-510,1%	447	0,0%
	<u>(31.814)</u>	<u>-1,6%</u>	<u>3,9%</u>	<u>(30.630)</u>	<u>-1,8%</u>
Lucro líquido do exercício	<u>89.015</u>	<u>4,4%</u>	<u>19,3%</u>	<u>74.590</u>	<u>4,3%</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,49533</u>			<u>0,42006</u>	
Lucro por ação - diluído	<u>0,49318</u>			<u>0,41761</u>	

Principais Alterações nas Contas de Resultado – 2011/2010

A seguir relatamos os principais fatores que afetaram de forma significativa as nossas contas de resultado. Todos os comentários abaixo são referentes à Controladora da RaiaDrogasil.

Receita de Vendas

Encerramos o ano de 2011 com R\$ 2,4 bilhões de receita bruta, o que representou um crescimento de 15,6% em relação a 2010, que correspondeu a 7,2% nas mesmas lojas e a 4,7% nas lojas maduras.



A Drogasil, que iniciou o ano com baixo crescimento nas vendas mesmas lojas e lojas maduras, acelerou o crescimento ao longo do ano. O crescimento foi afetado pela canibalização inicial que ocorreu ao dobrarmos nossa presença no DF via aquisição e pela concentração do crescimento em mercados existentes, também com canibalização inicial em algumas cidades.

Vale ressaltar que tivemos no quarto trimestre um clima ameno, com temperaturas abaixo das normalmente registradas nesta época do ano. Além disso, o calendário em dezembro se mostrou desfavorável, já que os feriados de Natal e de Ano Novo aconteceram em finais de semana, o que limitou as viagens de final de ano e o consumo intenso que caracteriza a iminência destes feriados prolongados. Estas variáveis impactaram desfavoravelmente as nossas vendas, especialmente em Perfumaria.

Obtivemos em 2011 um crescimento de 27,3% em Genéricos, que foi a categoria que apresentou o maior crescimento no ano. Sua participação dentro do nosso mix de vendas foi elevada para 10,9% da receita bruta total, o que representa um incremento de 1,0 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Este crescimento constitui um importante vetor de expansão da margem bruta, uma vez que os genéricos possuem lucratividade bastante superior à dos medicamentos de marca. Ele vem sendo impulsionado por uma onda de novos lançamentos iniciada no final de 2010 (que se intensificou em 2011) e também em decorrência da melhoria na divulgação dos medicamentos genéricos em nossas lojas.

Tivemos um desempenho de OTC abaixo das demais categorias (queda de 0,9 ponto percentual no mix de vendas do ano) que foi reflexo da transferência destes produtos para trás do balcão em conformidade com a determinação da ANVISA. Esta desaceleração foi compensada com a ampliação do espaço de vendas de produtos de higiene e beleza (aumento de 1,1 ponto percentual) e com o aumento de nossas verbas comerciais para ambos os segmentos.

Lucro Bruto

Encerramos o ano com uma margem bruta de 25,5%, um incremento de 0,8 ponto percentual em relação ao ano de 2010, registrando um crescimento de 19,6% no ano.

O incremento nas receitas comerciais e o aproveitamento de compras de oportunidade de RaiaDrogasil vêm sendo os principais vetores desta elevação da margem bruta.

EBITDA

Atingimos no ano de 2011 um EBITDA de R\$ 131,2 milhões, que correspondeu a uma retração de 1,5% sobre o ano 2010. Nossa margem EBITDA caiu em 9,7 pontos percentuais sobre o ano anterior, passando a representar 5,4% da receita bruta de vendas.



Apresentamos no ano uma elevação importante de margem bruta que nos permitiu fazer frente ao incremento do quadro de funcionários em loja, à aceleração do ritmo de aberturas de lojas, ao reajuste na folha de pagamento e aos ajustes de estrutura e demais pressões inflacionárias verificadas no período.

Lucro Líquido

Em decorrência das despesas incorridas na fusão com a Droga Raia, registramos um lucro líquido de R\$ 68,7 milhões, uma queda de 1,4% em relação a 2010.

Principais Alterações nas Contas de Resultado – 2010/2009

Receita de Vendas

Em 2010, a Receita Bruta de Vendas apresentou crescimento de 16,8% ou R\$301.360, totalizando R\$2.091.749. Em 2010, a Receita Líquida de Vendas apresentou crescimento de 16,5% ou R\$284.786, totalizando R\$2.007.828.

Lucro Bruto

Em 2010, a margem bruta representou 25,7%, expansão de 1,10 ponto percentual em relação a 2009, evolução de R\$ 92.563. Os preços de medicamentos foram reajustados ponderadamente em 4,6% em 2010, percentual inferior a 2009. O que ressalta a eficiência em compras e política comercial da RaiaDrogasil.

EBITDA

Em 2010, o EBITDA apresentou uma evolução de 21,3% ou R\$ 25.518, totalizando R\$ 145.264. A margem EBITDA apresentou resultado de 6,9% das vendas brutas, incremento de 0,2% em relação à 2009. Deve-se também considerar que o EBITDA gerado pela RaiaDrogasil em 2010, contemplou a expansão de lojas, estruturação e início da operação de um novo centro de distribuição em Contagem (MG) e mudanças de layout das lojas para conformidade nas regras para venda de produtos isentos de prescrição. A eficiência da operação de varejo destaca-se quando consideramos que no mesmo período, o crescimento de vendas brutas foi de 16,8%. Em 2010, contribuiu para este quadro a expansão de margem bruta.

Lucro Líquido



No ano de 2010, registramos um Lucro Líquido de R\$89.015, incremento de R\$14.425 ou 19,3% em relação a 2009. Em 20/12/2010, realizamos o desdobramento das ações ordinárias da Drogasil na proporção de 1:3 ações ordinárias, ou seja, para cada ação existente foram adicionadas duas novas ações. Ao final de 2010, o saldo de recompra de ações totalizava 783.372 ações e o capital social expresso em 188.320 mil ações (2009= 62.773 mil ações).

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 da Controladora:

Ativo (em milhares de reais)	2011			2010 (Reclassificado)	
	Valor	AV	AH	Valor	AV
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	144.863	5,6%	-19,9%	180.846	19,7%
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento			-100,0%	15.319	
Clientes	146.788	5,7%	28,4%	114.294	12,4%
Estoques	388.763	15,0%	31,4%	295.958	32,2%
Tributos a recuperar	61.579	2,4%	55,3%	39.656	4,3%
Outras contas a receber	22.002	0,8%	31,6%	16.723	1,8%
Despesas do exercício seguinte	6.568	0,3%	79,8%	3.652	0,4%
	<u>770.563</u>	29,7%	15,6%	<u>666.448</u>	72,6%
Não circulante					
Depósitos judiciais	4.562	0,2%	138,6%	1.912	0,2%
Tributos a recuperar	33.796	1,3%	24,2%	27.204	3,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos			-100,0%	1.628	
Outros créditos	744	0,0%	11,5%	667	0,1%
Investimentos	1.554.303	59,9%			
Imobilizado	175.126	6,7%	13,5%	154.281	16,8%
Intangível	57.558	2,2%	-13,0%	66.196	7,2%
	<u>1.826.089</u>	70,3%	625,0%	<u>251.888</u>	27,4%
Total do ativo	<u>2.596.652</u>	100,0%		<u>918.336</u>	100,0%



Passivo e patrimônio líquido (em milhares de reais)	2011			2010 (Reclassificado)	
	Valor	AV	AH	Valor	AH
Circulante					
Fornecedores	211.047	8,1%	9,5%	192.722	21,0%
Empréstimos e financiamentos	24.928	1,0%	22,5%	20.355	2,2%
Salários e encargos sociais	38.112	1,5%	34,8%	28.275	3,1%
Impostos, taxas e contribuições	16.781	0,6%	17,8%	14.243	1,6%
Dividendo e juros sobre o capital próprio	3.662	0,1%	-69,3%	11.914	1,3%
Provisão para demandas judiciais	1.428	0,1%	13,0%	1.264	0,1%
Outras contas a pagar	28.589	1,1%	51,4%	18.881	2,1%
	<u>324.547</u>	12,5%	12,8%	<u>287.654</u>	31,3%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	62.749	2,4%	122,2%	28.237	3,1%
Provisão para demandas judiciais	678	0,0%	-36,4%	1.066	0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.484	0,2%			
Outras obrigações	3.020	0,1%	9,3%	2.762	0,3%
	<u>70.931</u>	2,7%	121,2%	<u>32.065</u>	3,5%
Total do passivo	<u>395.478</u>	15,2%	23,7%	<u>319.719</u>	34,8%
Patrimônio líquido					
Capital social	908.639	35,0%	218,4%	285.400	31,1%
Reservas de capital	1.039.935	40,0%	930,8%	100.889	11,0%
Reserva de reavaliação	13.325	0,5%	-31,7%	19.523	2,1%
Reservas de lucros	229.537	8,8%	19,6%	191.869	20,9%
Ações em tesouraria			-100,0%	(3.302)	-0,4%
Dividendo adicional proposto	9.738	0,4%	129,8%	4.238	0,5%
Total do patrimônio líquido	<u>2.201.174</u>	84,8%	267,7%	<u>598.617</u>	65,2%
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.596.652</u>	100,0%	182,8%	<u>918.336</u>	100,0%



Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 104.115 ou 15,6% passando de R\$ 666.448 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 770.563 em 31 de dezembro de 2011.

As principais variações foram:

- (i) redução de R\$ 35.983 ou 19,9% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R\$ 180.846 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 144.863 em 31 de dezembro de 2011, devido às compras de oportunidade de final de ano e também ao crescimento acelerado da Companhia na abertura de novas lojas;
- (ii) aumento do contas a receber em R\$ 32.494 ou 28,4%, que passaram de R\$ 114.294 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 146.788 em 31 de dezembro de 2011, basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R\$ 24.740 ou 24,2% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, em virtude do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento de 1,8% da participação média destas modalidades de pagamento, passando de 62,9% no ano de 2010 para 64,7% em 2011.
- (iii) aumento de R\$ 92.805 ou 31,4% em estoques, que passaram de R\$ 295.958 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 388.763 em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi decorrente, principalmente, fruto da antecipação de compras e reforço dos estoques devido ao período de férias coletivas das indústrias fornecedoras aliadas às compras de oportunidade e aos reajustes de preços de compra das mercadorias no decorrer do ano.
- (iv) aumento de R\$ 21.923 ou 55,3% em tributos a recuperar, que passaram de R\$ 39.656 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 61.579 em 31 de dezembro de 2011 em decorrência do aumento do saldo credor do ICMS (R\$ 19.326), oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada (compras no Estado de São Paulo) e de saída de mercadoria (transferências para outras unidades da Federação). A Companhia está tomando medidas cabíveis, junto a Fazenda do Estado de São Paulo, visando a utilização desses créditos bem como a diminuição da geração futura desse saldo credor.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – Realizável a longo prazo cresceu R\$ 7.691 ou 24,5% passando de R\$ 31.411 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 39.102 em 31 de dezembro de 2011. A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$ 6.592 ou 24,2% relativas a créditos de ICMS gerados quando da transferência de mercadorias da Central de Distribuição em São Paulo para outras unidades da Federação.

A rubrica investimentos apresenta um saldo de R\$ 1.554.303 em 31 de dezembro de 2011, líquido do resultado da equivalência patrimonial, decorrente da participação de 100% no capital social da empresa Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011.



O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R\$ 12.207 ou 5,5%, passando de R\$ 220.477 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 232,684 em 31 de dezembro de 2011.

Os investimentos em ativos imobilizados e intangíveis em 2011 totalizaram R\$ 58.264, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 324.547 em 31 de dezembro de 2011 quando comparado ao saldo de R\$ 287.654 em 31 de dezembro de 2010, apresentou um acréscimo de 12,8%, ou R\$ 36.893. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 12,5% em 31 de dezembro de 2011 em comparação a um percentual de 31,3% observados em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações foram:

(i) O aumento de R\$ 18.325 ou 9,5% em fornecedores que passaram de R\$ 192.722 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 211.047 em 31 de dezembro de 2011. O principal motivo do aumento é decorrente da antecipação de compras devido ao período de férias coletivas das indústrias fornecedoras aliadas às compras de oportunidade e aos reajustes dos preços de compra das mercadorias ocorridas durante o ano;

(ii) o acréscimo de R\$ 4.573 ou 22,5% em financiamentos, que passaram de R\$ 20.355 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 24.928 em 31 de dezembro de 2011. No curto prazo, esse aumento acontece pelas seguintes razões: i) reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias no valor de R\$ 27.073; ii) apropriação de juros no valor de R\$ 6.782 e; iii) pagamentos de financiamentos no valor R\$ 29.282;

(iii) aumento de R\$ 9.837 ou 34,8% em salários e encargos sociais, que passaram de R\$ 28.275 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 38.112 em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é justificado principalmente pela expansão em abertura de novas lojas, adequação do quadro das lojas com crescimento substancial de vendas e dissídio de 8,3% em julho;

(iv) diminuição de R\$ 8.252 ou 69,3% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R\$ 11.914 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 3.662 em 31 de dezembro de 2011, decorrente dos pagamentos, efetuados no próprio ano, dos JSCP apropriados no primeiro semestre e em razão de mudança da política de pagamento das remunerações aos acionistas.

(v) aumento de R\$ 9.708 ou 51,4% nas demais contas a pagar, que passaram de R\$ 18.881 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 28.589 em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é explicado pelos seguintes fatores: i) aumento de 46,2% ou R\$ 1.917 na conta de alugueis a pagar, que passou de R\$ 4.153 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 6.070 em 31 de dezembro de 2011, decorrente do aumento do número de lojas alugadas abertas no ano; ii) aumento de 1.395,5% ou R\$ 4.047 na conta de outros credores diversos, que



passou de R\$ 290 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 4.337 em 31 de dezembro de 2011, decorrente da apropriação de contratos de prestação de serviços de consultorias para auxiliar no processo de fusão das duas Companhias (Raia e Raia Drogasil) e; iii) o restante da variação está pulverizado nas demais contas que compõem esta rubrica.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 38.866 ou 121,2%, passando de R\$ 32.065 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 70.931 em 31 de dezembro de 2011. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 2,7% em 31 de dezembro de 2011 em comparação a um percentual de 3,5% observados em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações foram:

- i) O aumento nos financiamentos que cresceram R\$ 34.512 ou 122,2%, passando de R\$ 28.237 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 62.749 em 31 de dezembro de 2011, pelos seguintes fatores: i) aumento pela captação de financiamentos junto ao BNDES de R\$ 60.865; ii) aumento pela apropriação de juros no valor de R\$ 720; e iii) diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias no valor de R\$ 27.073;
- ii) criação da rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos que, em 2011, passou a apresentar saldo credor no valor de R\$ 4.484 em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, esta conta apresentou saldo devedor e, conseqüentemente, foi classificada no ativo não circulante.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 2.201.174 em 31 de dezembro de 2011 comparado a um saldo de R\$ 598.617 verificado em 31 de dezembro de 2010, apresentando um aumento de 267,7%, ou R\$ 1.602.557.

As principais variações foram:

- i) Aumento de 218,4% ou R\$ 623.239 na conta de capital social, que passou de R\$ 285.400 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 908.639 em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento no capital social é decorrente da incorporação das ações da Raia S.A., mediante a emissão de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, da Raia Drogasil S.A., que foram subscritas e integralizadas;
- ii) aumento de 930,8% ou R\$ 939.046 na conta de reserva de capital, que passou de R\$ 100.889 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 1.039.935 em 31 de dezembro de 2011, decorrente basicamente da apropriação do ágio na emissão de ações;



iii) aumento de 19,6% ou R\$ 37.668, na conta de reserva de lucros, , que passou de R\$ 191.869 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 229.537 em 31 de dezembro de 2011, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 da Controladora:

Ativo (em milhares de reais)	2010			2009	
	(Reclassificado)			(Reclassificado)	
	Valor	AV	AH	Valor	AV
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	180.846	19,7%	41,6%	127.692	17,5%
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	15.319	1,7%	5,6%	14.509	2,0%
Clientes	114.294	12,4%	12,9%	101.256	13,9%
Estoques	295.958	32,2%	13,4%	260.936	35,8%
Tributos a recuperar	39.656	4,3%	22,6%	32.352	4,4%
Outras contas a receber	16.723	1,8%	50,2%	11.134	1,5%
Despesas do exercício seguinte	3.652	0,4%	65,5%	2.207	0,3%
	<u>666.448</u>	72,6%	21,2%	<u>550.086</u>	75,6%
Não circulante					
Depósitos judiciais	1.912	0,2%	8,0%	1.771	0,2%
Tributos a recuperar	27.204	3,0%	57,9%	17.231	2,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.628	0,2%	-51,5%	3.357	0,5%
Outros créditos	667	0,1%	9,3%	610	0,1%
Imobilizado	154.281	16,8%	33,1%	115.912	15,9%
Intangível	66.196	7,2%	69,6%	39.031	5,4%
	<u>251.888</u>	27,4%	41,6%	<u>177.912</u>	24,4%
Total do ativo	<u>918.336</u>	100,0%		<u>727.998</u>	100,0%



Passivo e patrimônio líquido (em milhares de reais)	2010 (Reclassificado)			2009 (Reclassificado)	
	Valor	AV	AH	Valor	AH
Circulante					
Fornecedores	192.722	21,0%	-1,7%	196.047	26,9%
Empréstimos e financiamentos	20.355	2,2%	19,2%	17.077	2,3%
Salários e encargos sociais	28.275	3,1%	-10,2%	31.500	4,3%
Impostos, taxas e contribuições	14.243	1,6%	-2,5%	14.613	2,0%
Dividendo e juros sobre o capital próprio	11.914	1,3%	-34,0%	18.045	2,5%
Provisão para demandas judiciais	1.264	0,1%	1038,7%	111	0,0%
Outras contas a pagar	18.881	2,1%	29,3%	14.603	2,0%
	<u>287.654</u>	31,3%	-1,5%	<u>291.996</u>	40,1%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	28.237	3,1%	39,5%	20.243	2,8%
Provisão para demandas judiciais	1.066	0,1%	-19,0%	1.316	0,2%
Outras obrigações	2.762	0,3%	-2,7%	2.839	0,4%
	<u>32.065</u>	3,5%	31,4%	<u>24.398</u>	3,4%
Total do passivo	<u>319.719</u>	34,8%	1,1%	<u>316.394</u>	43,5%
Patrimônio líquido					
Capital social	285.400	31,1%	0,0%	285.400	39,2%
Reservas de capital	100.889	11,0%	589,3%	14.637	2,0%
Reserva de reavaliação	19.523	2,1%	-1,0%	19.725	2,7%
Reservas de lucros	191.869	20,9%	45,9%	131.504	18,1%
Ações em tesouraria	(3.302)	-0,4%	-92,4%	(43.651)	-6,0%
Dividendo adicional proposto	4.238	0,5%	6,2%	3.989	0,5%
Total do patrimônio líquido	<u>598.617</u>	65,2%	45,4%	<u>411.604</u>	56,5%
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>918.336</u>	100,0%	26,1%	<u>727.998</u>	100,0%

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 116.362 ou 21,2% passando de R\$ 550.086 em 31 de dezembro de 2009 para R \$666.448 em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações foram:

(i) aumento de R\$ 53.154 ou 41,6% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R\$ 127.692 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 180.846 em 31 de dezembro de 2010, devido substancialmente ao aumento nas



aplicações financeiras em R\$ 55.335, sendo R\$ 113.396 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 168.731 em 31 de dezembro de 2010, recurso obtido, principalmente, por conta da venda da maior parte das ações da Companhia que estavam mantidas em tesouraria;

(ii) aumento do contas a receber em R\$ 13.038 ou 12,9%, que passaram de R\$ 101.256 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 114.294 em 31 de dezembro de 2010, resultado principalmente do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R\$ 12.243 ou 13,6% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, fruto do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento de 2,6% da participação média destas modalidades de pagamento, passando de 60,3% no ano de 2009 para 62,9% em 2010.

(iii) aumento de R\$ 35.022 ou 13,4% em estoques, que passaram de R\$ 260.936 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 295.958 em 31 de dezembro de 2009. O aumento no nível de estoque no final de 2010 foi consequência, principalmente, da antecipação de compras e reforço dos estoques devido ao período de férias coletivas das indústrias fornecedoras aliadas às compras de oportunidade e aos reajustes de preços de compra das mercadorias no decorrer do ano.

(iv) aumento de R\$ 5.589 ou 50,2% em demais contas a receber, que passaram de R\$ 11.134 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 16.723 em 31 de dezembro de 2010 devido principalmente ao aumento nas contas de adiantamentos aos prestadores de serviço e devoluções de mercadorias a fornecedores no total de R\$ 3.208.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – Realizável a longo prazo cresceu R\$ 8.442 ou 36,8% passando de R\$ 22.969 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 31.411 em 31 de dezembro de 2010. A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$ 9.973 ou 57,9% relativas a créditos de ICMS gerados quando da transferência de mercadorias da Central de Distribuição em São Paulo para outras unidades da Federação.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização aumentou R\$ 65.534 ou 42,3%, passando de R\$ 154.943 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 220.477 em 31 de dezembro de 2010.

Os investimentos em ativos imobilizados e intangíveis em 2010 totalizaram R\$ 101.577, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 287.654 em 31 de dezembro de 2010 quando comparado ao saldo de R\$ 291.996 em 31 de dezembro de 2009, apresentou um decréscimo de 1,5%, ou R\$ 4.342. Como percentual do



total do passivo e do patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 31,3% em 31 de dezembro de 2010 em comparação a um percentual de 40,1% observados em 31 de dezembro de 2009.

As principais variações foram:

(i) O acréscimo de R\$ 3.278 em financiamentos, que passaram de R\$ 17.077 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 20.355 em 31 de dezembro de 2010. No curto prazo, esse aumento aconteceu pelas seguintes razões: i) reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias no valor de R\$ 21.265; ii) apropriação de juros no valor de R\$ 3.664 e; iii) pagamentos de financiamentos no valor R\$ 21.651.

(ii) diminuição de R\$ 3.225 ou 10,2% em salários e encargos sociais, que passaram de R\$ 31.500 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 28.275 em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição é justificada principalmente pela redução nas provisões para gratificações aos administradores e provisão para gratificação por liberalidade de R\$ 8.145 e R\$ 1.021, respectivamente. Em contraponto a essas diminuições, tivemos um aumento de R\$ 5.941 nas demais contas que compõem essa rubrica, que passaram de R\$ 18.616 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 24.557, principalmente pela expansão em abertura de novas lojas, adequação do quadro das lojas com crescimento substancial de vendas e dissídio de 6,4% em julho.

(iii) diminuição de R\$ 6.131 ou 34,0% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R\$ 18.045 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 11.914 em 31 de dezembro de 2010, decorrente dos pagamentos, efetuados no próprio ano, dos JSCP apropriados no primeiro semestre, em razão de mudança da política de pagamento das remunerações aos acionistas.

(iv) aumento de R\$ 4.278 ou 29,3% nas demais contas a pagar, que passaram de R\$ 14.603 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 18.881 em 31 de dezembro de 2010, decorrente substancialmente do aumento de R\$ 3.641 no saldo da conta receita de acordos promocionais a realizar, que passou de R\$ 1.022 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 4.663 em 31 de dezembro de 2010.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 7.667 ou 31,4%, passando de R\$ 24.398 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 32.065 em 31 de dezembro de 2010. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 3,5% em 31 de dezembro de 2010 em comparação a um percentual de 3,4% observados em 31 de dezembro de 2009. Este aumento ocorreu nos financiamentos que cresceram R\$ 7.994, passando de R\$ 20.243 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 28.237 em 31 de dezembro de 2010, pelos seguintes fatores: i) aumento pela captação de financiamentos junto ao BNDES de R\$ 28.543; ii) aumento pela apropriação de juros no valor de R\$ 716; e iii) diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias no valor de R\$ 21.265.



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 598.617 em 31 de dezembro de 2010 comparado a um saldo de R\$ 411.604 verificado em 31 de dezembro de 2009, apresentou um aumento de 45,4%, ou R\$ 187.013. Esse aumento deve-se basicamente aos seguintes fatores: i) aumento de 589,3% ou R\$ 86.252 na conta de reserva de capital, que passou de R\$ 14.637 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 100.889 em 31 de dezembro de 2010, decorrente do ágio na alienação das ações em tesouraria de R\$ 86.236 e; ii) aumento de 45,9% ou R\$ 60.365, na conta de reserva de lucros em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

h. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos e não medicamentos. Segue a abertura das receitas da Controladora nos dois últimos anos:

	2011	2010	2009
Marca	1.167.924	1.034.733	888.378
Genéricos	263.361	206.942	182.423
OTC	262.975	246.894	231.136
Medicamentos	1.694.261	1.488.569	1.301.937
Não Medicamentos	720.733	600.433	485.836
Total Geral	2.414.993	2.089.002	1.787.773

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1, letra h.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Negociamos com os distribuidores farmacêuticos contratos anuais de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica que terão vigência ao longo do ano todo e o prazo de pagamento, e que historicamente só são alteradas em caso mudanças tributárias ou de mudanças estruturais de mercado.



O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo anualmente no mês de abril, em conjunto com o Preço Máximo ao Consumidor, de forma que, quando passamos a comprar com preços reajustados, majoramos simultaneamente os nossos preços de venda aos consumidores. Em 2011, o reajuste de preços ao consumidor foi de 4,8%, em 2010 de 4,6% e em 2009 de 5,9%.

No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas diretamente dos fabricantes, e as condições comerciais são bastante estáveis ao longo do ano.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e poderá nos afetar negativamente. As desvalorizações normalmente afastam o acesso ao mercado financeiro estrangeiro e instigam a intervenção governamental, incluindo políticas governamentais recessivas. As desvalorizações também reduzem o valor em Dólar dos dividendos e outras distribuições feitas em relação às nossas ações e o valor equivalente em Dólar das nossas ações. Qualquer um dos motivos citados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como o preço de mercado de nossas ações.

Tendo em vista que todos os nossos passivos e nossas despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar. Entretanto, a taxa de câmbio tende a afetar o custo de grande parte de nossos fornecedores, que, em momentos de reversão de expectativa podem repassar parte da elevação de seus custos através da redução de descontos comerciais praticados ao varejo.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que nós vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço poderia resultar em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia afetar-nos adversamente.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Adquirimos 100% das ações da Raia S.A., que se tornou nossa subsidiária integral.



c. eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4. Os diretores devem comentar :

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Como parte dos trabalhos de associação a Administração analisou as principais práticas contábeis aplicadas na Companhia e alterou a classificação das receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores e outras receitas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

(i) As receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores, líquidas dos impostos (PIS e COFINS), anteriormente apresentadas como receitas operacionais e financeiras, passaram a ser apresentadas como redutoras do custo das mercadorias vendidas; e

(ii) As receitas de prestação de serviços (recarga de celular, venda de fichas para balança, publicidade em ponto de venda e outras), líquidas de impostos (ISS), anteriormente registradas nas rubricas de: outras receitas operacionais e redutoras das despesas de vendas, passaram a ser registradas como receitas líquidas de vendas.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica.

10.5. Políticas contábeis críticas:

Políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor:

a. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

b. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação



recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

c. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

d. Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

e. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Os controles internos da Companhia podem ser considerados confiáveis, uma vez que não houve registros de fraudes ou outro tipo de fato importante relacionado e os auditores independentes não reportaram qualquer falha que pudesse comprometer as demonstrações financeiras em seus relatórios.



b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Conforme comentado no item anterior, não foram reportadas pelos auditores falhas que pudessem comprometer as demonstrações financeiras.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.



b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2011, foi investido um valor total de R\$57.770 (2010 - R\$100.706) em ativos imobilizados e intangíveis. Para 2012, abriremos 130 lojas, uma nova central de distribuição, além de reformar nosso centro administrativo, o que demandará entre R\$ 150 e R\$ 220 milhões.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não se aplica.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:



Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não se aplica.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica.



ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

IN CVM Nº 481 DE 17/12/2009 (ANEXO 9-1-II)

1. **Lucro Líquido do Exercício**.....R\$ 68.696.121,99

2. **Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Descrição	Declarado em:	Data de pagamento:	Valor bruto por ação:	Valor bruto	I.R.R.F.	Valor líquido
Juros s/capital próprio	21/03/2011	01/12/2011	0,043403358	8.150.000,00	(1.185.461,84)	6.964.538,16
Juros s/capital próprio	21/06/2011	01/12/2011	0,044734750	8.400.000,00	(1.178.283,86)	7.221.716,14
Juros s/capital próprio	22/12/2011	31/05/2012	0,044644749	14.750.000,00	(1.973.573,79)	12.776.426,21
Total global				31.300.000,00	(4.337.319,49)	26.962.680,51

3. **Percentual do lucro líquido do exercício distribuído**.....39,25%

4. **Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.**

5. **Remuneração aos acionistas, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Não será feita a distribuição de dividendos com base no exercício de 2011.

6. **Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

7. **Tabelas comparativas indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:**

a) Totais

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração			
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Juros sobre capital próprio	Total
2008	51.172.561,65	ON	-	19.421.607,96	19.421.607,96
2009	74.589.990,75	ON	3.917.404,04	20.472.106,62	24.389.510,66
2010	89.014.939,43	ON	3.363.660,07	25.550.000,00	28.913.660,07
2011	68.696.121,99	ON	-	31.300.000,00	31.300.000,00



b) Valores por ação

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Declarado em:	Valor bruto por ação	Montante global
Juros s/capital próprio	2008	ON	24/03/2008	0,081015943	5.021.607,96
Juros s/capital próprio	2008	ON	23/06/2008	0,073272288	4.500.000,00
Juros s/capital próprio	2008	ON	22/09/2008	0,075411420	4.500.000,00
Juros s/capital próprio	2008	ON	11/12/2008	0,091432343	5.400.000,00
Total					19.421.607,96

Juros s/capital próprio	2009	ON	16/03/2009	0,076193619	4.500.000,00
Juros s/capital próprio	2009	ON	15/06/2009	0,084659576	5.022.106,62
Juros s/capital próprio	2009	ON	21/09/2009	0,090187000	5.350.000,00
Juros s/capital próprio	2009	ON	14/12/2009	0,094401346	5.600.000,00
Dividendo	2009	ON	25/02/2010	0,065942676	3.917.404,04
Total					24.389.510,66

Juros s/capital próprio	2010	ON	22/03/2010	0,091741260	5.450.000,00
Juros s/capital próprio	2010	ON	21/06/2010	0,096791237	5.750.000,00
Juros s/capital próprio	2010	ON	16/09/2010	0,104366204	6.200.000,00
Juros s/capital próprio	2010	ON	14/12/2010	0,130374518	8.150.000,00
Dividendo	2010	ON	11/04/2011	0,017913392	3.363.660,07
Total					28.913.660,07

Juros s/capital próprio	2011	ON	21/03/2011	0,043403358	8.150.000,00
Juros s/capital próprio	2011	ON	21/06/2011	0,044734750	8.400.000,00
Juros s/capital próprio	2011	ON	22/12/2011	0,044644749	14.750.000,00
Total					31.300.000,00

8. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

9. Em relação ao dividendo obrigatório:

- a. no estatuto, está assim previsto o pagamento de dividendo obrigatório: *“Artigo 21, item b: a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A.*
- b. o dividendo obrigatório estará sendo pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:



	<u>2011</u>
(+) Lucro Líquido do Exercício	68.696.121,99
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	<u>201.823,20</u>
(=) Base para Dividendo Mínimo	<u><u>68.897.945,19</u></u>
Juros sobre capital próprio (JSCP) declarado, líquido do IRRF	26.962.680,51
Dividendo proposto	<u>0,00</u>
Total da remuneração	<u><u>26.962.680,51</u></u>
Total da remuneração sobre base para Dividendo Mínimo	39,13%

Observação: de acordo com a proposta da Administração, os JSCP serão imputados ao Dividendo Obrigatório.

c. Não houve retenção de dividendo obrigatório.

10. Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

12. Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

13. Destinação de resultado para reserva estatutária:

a. No estatuto, está assim prevista a constituição da reserva estatutária: *“Artigo 21, item c: equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento), até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social para a formação da conta “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e cujo saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuados a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.”*

b. montante destinado à reserva estatutária..... R\$ 37.667.888,63

c. A reserva estatutária foi calculada em valor equivalente a 54,8% do lucro líquido do exercício,



portanto dentro do limite estatutário e seu valor total após a constituição não ultrapassou o capital social.

14. Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

15. Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.



ANEXO III– ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009

Valores expressos em milhares de reais

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração para o conselho de administração, diretoria estatutária, não estatutária e conselho fiscal seguem o padrão de mercado, visando atrair e reter bons profissionais.

b. composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração:

Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros com exceção dos honorários do presidente e do vice-presidente, que são diferenciados.

Diretoria Estatutária:

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado, bem como gratificações em dinheiro de acordo com as avaliações dos resultados alcançados. Os membros da diretoria também recebem remuneração baseada em ações. As gratificações e o plano de “stock option” têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

Conselho Fiscal:

Cada membro do Conselho Fiscal recebe remuneração fixa mensal equivalente a R\$ 7.111,00.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total:

A remuneração do Conselho de Administração sempre foi fixa e para o ano de 2012 deverá ter parte fixa e parte variável, estimando a fixa em 40% e a variável em 60%.

A remuneração da Diretoria tem se situado na faixa de 20% para a parte fixa e 80% para a variável.

A remuneração do Conselho Fiscal é 100% fixa e 0% variável.



iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária. Os valores da remuneração variável são determinados em função do orçamento e de sua execução.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

O grande peso atribuído à remuneração variável justifica-se como forma de associá-la aos objetivos estratégicos da Companhia e motivar a Diretoria a perseguir-los no curto e no longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os principais indicadores da remuneração variável são as Vendas e o EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Tanto a remuneração quanto a remuneração variável e a baseada em ações são estruturadas de forma escalonada, para permitir valores progressivos na medida em que os resultados superem as metas estabelecidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Tanto a remuneração variável quanto a remuneração baseada em ações têm seus valores atrelados ao atingimento das políticas e metas estratégicas e financeiras determinadas para o curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não existe.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe.



13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2012 - Prevista *	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	7	3	18
Remuneração fixa anual:	1.184	4.444	256	5.884
Honorários	1.184	4.444	256	5.884
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	2.350	12.226	-	14.576
Bônus	2.350	12.226	-	14.576
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	3.790	16.670	0	20.460

*Conforme remuneração total, que consta no item 4 da Proposta da Administração.

Exercício de 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	9	4	3	16
Remuneração fixa anual:	1.440	2.716	216	4.372
Honorários	1.440	2.235	216	3.891
Benefícios diretos e indiretos	-	481	-	481
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	6.900	-	6.900
Bônus	-	6.900	-	6.900
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	532	-	532
Total	1.440	10.148	216	11.804



Exercício de 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	4	3	16
Remuneração fixa anual:	1.213	2.628	198	4.039
Honorários	1.213	2.164	198	3.575
Benefícios diretos e indiretos	-	464	-	464
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	2.156	-	2.156
Bônus	-	2.156	-	2.156
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	829	-	829
Total	1.213	5.613	198	7.024

Exercício de 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	3,67	3	16
Remuneração fixa anual:	1.235	2.182	165	3.582
Honorários	1.235	1.847	165	3.247
Benefícios diretos e indiretos	-	335	-	335
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	9.033	-	9.033
Bônus	-	9.033	-	9.033
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	1.276	-	1.276
Total	1.235	12.491	165	13.891



13.3. Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2012 – Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	7	3	18
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	2.350	12.226	n/a	14.576
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

n/a = Não se aplica.

Exercício 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	9	4	3	16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	6.900	n/a	6.900
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

n/a = Não se aplica.



Exercício 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	4	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	9.033	n/a	9.033
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

n/a = Não se aplica.

Exercício 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	4	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	2.156	n/a	2.156
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

n/a = Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. **termos e condições gerais:**

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores e empregados em nível gerencial da Companhia. O Plano de opção vigente na Companhia, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28/06/2007. Na mesma



data, o Conselho de Administração deliberou a eleição dos beneficiários do plano, quantidades de ações que poderiam ser adquiridas, definição de preço, prazos e condições de exercício de opção. O Plano atualmente é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção”). O plano aprovado em 28/06/2007 fixou o preço de exercício das opções a serem outorgadas aos beneficiários em R\$2,63 por ação, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M, a partir da data da respectiva outorga, até a data de exercício da opção, que correspondia ao valor do patrimônio líquido da ação em 31 de março de 2007. O preço da opção deverá ser pago pelos beneficiários, em dinheiro, no prazo de 5 dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do beneficiário nos livros da instituição financeira depositária. O plano estabelece que as opções outorgadas aos beneficiários somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção poderão ser adquiridas a partir de 6 (seis) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção que ocorreu em 28.06.2007, (b) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser adquiridas a partir de 18 (dezoito) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, (c) até 14% (catorze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 30 (trinta) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, (d) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 42 (quarenta e dois) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, e (e) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 54 (cinquenta e quatro) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, respeitado o prazo máximo para exercício das opções, que será de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura da respectiva outorga.



PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, executivos e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. O Plano de Opção vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2011. O Plano atualmente é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado assessorá-lo na administração do plano. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção”). O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

b. principais objetivos do plano:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados em nível gerencial da Companhia, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores e empregados em nível gerencial; e (c) possibilitar à Companhia manter a ela vinculados administradores e empregados em nível gerencial.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (direto ou indireto) atrair e manter a ela vinculados os Beneficiários.



c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, em condições diferenciadas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. O Plano visa também, possibilitar a Companhia contratar e manter executivos de alto nível.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, em condições diferenciadas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. O Plano visa também, possibilitar a Companhia contratar e manter executivos de alto nível.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

O plano constitui um instrumento incentivador ao bom desempenho profissional e do comprometimento com metas estabelecidas pela Companhia.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

O plano constitui um instrumento incentivador ao bom desempenho profissional e do comprometimento com metas estabelecidas pela Companhia.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

O plano alinha os interesses dos Administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo, em função da modulação da outorga em cinco parcelas que exigem períodos de carência ao longo do tempo. Assim, para uma única outorga as opções só podem ser exercidas anualmente ao longo de cinco anos.

Este mecanismo estimula os Administradores a se alinhar com os objetivos de valorização das ações, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.



PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

O plano alinha os interesses dos Administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo, em função da modulação da outorga em cinco parcelas que exigem períodos de carência ao longo do tempo. Assim, para uma única outorga as opções só podem ser exercidas anualmente ao longo de cinco anos.

Este mecanismo estimula os Administradores a se alinhar com os objetivos de valorização das ações, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 3% (três por cento) das ações do capital da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 3% das ações do capital social total da Companhia durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

Vide item “f” acima.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

Vide item “f” acima.

h. condições de aquisição de ações:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as condições e exigências previstas no plano.



PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as condições e exigências previstas no plano.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê (conforme o caso) fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, respeitado o preço mínimo de 80% (oitenta por cento) do valor médio das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos últimos 60 (sessenta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com índice determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente (i) ao valor de patrimônio líquido das ações da Companhia, conforme o balanço patrimonial de 31.03.07, quando os Beneficiários forem os diretores da Companhia; e (ii) a 80% (oitenta por cento) do preço de lançamento de ações da Companhia, quando da realização da oferta pública de ações da Companhia, cujo pedido de registro foi protocolado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 10.05.07, quando os Beneficiários forem os demais administradores ou empregados em nível gerencial da Companhia.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

j. critérios para fixação do prazo de exercício:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção. No plano em vigência na Companhia, a opção somente poderá ser exercida se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção poderão ser adquiridas a partir de 6 (seis) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, (b) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser adquiridas a partir de 18 (dezoito) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, (c) até 14% (catorze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras



não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 30 (trinta) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, (d) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 42 (quarenta e dois) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, e (e) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 54 (cinquenta e quatro) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção (“Período de Exercício”).

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

k. forma de liquidação:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício. O Preço de Exercício será pago à Companhia, de uma única vez, com recursos próprios do Beneficiário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do Beneficiário nos livros da instituição financeira depositária.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

l. restrições à transferência das ações:

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização



do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:**

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:**

PLANO APROVADO EM 28/06/2007 E CANCELADO EM 10/11/2011:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo: Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu



desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, serão automaticamente exercíveis, e deverão ser exercidos na data do desligamento; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos, desde que o Beneficiário o faça no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da sua aposentadoria ou afastamento por invalidez permanente, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarem a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

PLANO APROVADO EM 10/11/2011:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo: Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do



seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, serão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, desde que o faça no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos no prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.



13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Acionista	Quantidade de Ações	%
Acionistas titulares do controle difuso da Companhia	148.662.810	45,00
Conselho de Administração	2.410.341	0,73
Diretoria	1.483.521	0,45
Conselho Fiscal	-	-
Posição acionária de 09/04/2012		

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi cancelado o plano de opção de compra de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2007. Na mesma Assembleia foi aprovado o novo Plano de Opção de Compra de Ações, descrito no item 13.5, que ainda não teve nenhuma Opção outorgada. Por este motivo, os valores informados nos itens 13.6 a 13.9 são referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações de junho de 2007, já cancelado, somente a título informativo.

	Plano 2007 - Diretoria	
	Opção 2011	Opção
número de membros	3	-
em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
data de outorga	28/06/2007	-
Quantidade de opções outorgadas	546.531	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	11/11/2011	-
prazo máximo para exercício das opções	12/12/2011	-
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
em aberto no início do exercício social	1,18	-
perdidas durante o exercício social	-	-
exercidas durante o exercício social	1,18	-
expiradas durante o exercício social	-	-
valor justo das opções na data de outorga	R\$ 4,38	-
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,3%	-

n/a = Não se aplica.



13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Não se aplica.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

	Plano 2007 - Diretoria	
	Opção 2010	Opção 2011
número de membros	3	3
em relação às opções exercidas informar:		
número de ações	236.841	546.531
preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,12	R\$ 1,18
valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$ mil)	R\$ 2.994	R\$ 6.188
em relação às ações entregues informar:		
número de ações	236.841	546.531
preço médio ponderado de aquisição	R\$ 4,21	R\$ 4,21
valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas*	R\$ 2.200	R\$ 4.788

n/a = Não se aplica.

* Diferença entre o valor de aquisição das ações e o valor de mercado no final do exercício social.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação:

Método binomial

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante 2007, determinado pelo modelo de avaliação Binomial Americano, foi de R\$ 4,38 por opção. As premissas relevantes consideradas no modelo foram: (i) preço da ação na data da outorga de R\$ 5,10, (ii) preço de exercício de R\$ 1,16, (iii) dividendo esperado de 2,29%, (iv) volatilidade esperada de 89,43% com base na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, (v) data da outorga e data máxima para o exercício, (vi) taxa de juros anual sem



risco em média de 6,69%, com base no cupom DI x IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros, e (vii) prazo de vida da opção de 5 anos.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Não foi considerado, para efeito de precificação, o exercício de opções antecipadas.

d. forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade foi mensurada pelo desvio padrão de retornos das ações, considerando uma análise estatística dos preços diários das ações durante o último ano da ata da outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não se aplica.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros (unidade)	9	4	3
valor da maior remuneração individual (R\$ mil)	456	3.488	72
valor da menor remuneração individual (R\$ mil)	20	2.039	24
valor médio de remuneração individual (R\$ mil)	111	2.417	54

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica.

13.13. Em relação ao último exercício social, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto



Não se aplica.

13.14. Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13.15. Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.